

INFORME SEGIB DE APRESENTAÇÃO DOS TEMAS ORÇAMENTÁRIOS E ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS ADJUNTOS (PONTO 5, AGENDA TEMÁTICA-SESSÕES CONJUNTAS)

Dentro do ponto 5 da agenda temática-sessões conjuntas, e sob a rubrica de “temas orçamentários e administrativos”, a Secretaria apresenta a esta “Reunião Extraordinária de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação”, cinco temas:

- Informe sobre o estado de pagamento de cotas 2010.
- Informe sobre o estado de execução do Orçamento e Fundos Voluntários 2010.
- Informe e aprovação da Auditoria de Contas do exercício 2009.
- Informe e aprovação da prorrogação do Auditor Externo.
- Apresentação do Projeto de Orçamento 2011.

Dada a mecânica estabelecida para esta reunião, de consulta de documentos através da página Web desenhada pela SPT, o presente documento pretende ser um INFORME DE APRESENTAÇÃO pela SEGIB dos cinco temas, anexam-se a este informe os documentos específicos de cada um destes temas.

1. INFORME SOBRE O ESTADO DE PAGAMENTO DE COTAS 2010.

Na data de redação deste informe, a percentagem de pagamento de cotas 2010 ascende ao 99,25 %.

Do conjunto dos vinte e dois países, dezessete deles abonaram em sua totalidade, ou em quantias de prática totalidade, suas cotas, um o fez parcialmente e quatro estão pendentes de abono da totalidade da cota.

A SEGIB quer deixar constância da altíssima percentagem alcançado no pagamento das cotas, agradecendo sinceramente a todos os países que fizeram efetivas suas cotas, o esforço que sabemos supõe este pagamento na atual situação econômica, tomando o mesmo como amostra de apoio e estímulo para o melhor emprego dos recursos.

Adiciona-se como ANEXO I o “Quadro de seguimento do pagamento de cotas 2010”.

2. INFORME SOBRE O ESTADO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E FUNDOS VOLUNTÁRIOS 2010.

De acordo ao estabelecido no Regulamento Financeiro, a SEGIB apresenta à Reunião dos Coordenadores Nacionais e dos Responsáveis de Cooperação, informação sobre o estado de execução a 30 de setembro de 2010, do Orçamento ordinário e dos Fundos Voluntários constituídos.

Enquanto ao Orçamento ordinário, anexa-se o quadro indicativo de sua execução a 30 de setembro, pelos diferentes capítulos.

Os capítulos I (pessoal e cargas sociais) e II (bens e serviços correntes) seguiram o grau de execução previsto, ao tratar-se de gastos de periodicidade estável. Sua execução se mantém dentro do planejamento estabelecido.

O capítulo III (gastos associados ao programa de atividades) tem um nível de execução do 30 %, já que, como é habitual pela dinâmica própria da Instituição, a parte mais importante do gasto das atividades financiadas com este capítulo concentra-se no segundo semestre do ano, pelo que a contabilização de seus gastos tem lugar preferentemente no último trimestre do exercício.

O capítulo IV (reuniões da Conferência) tem um baixo nível de execução, já que seus créditos têm por objeto fazer frente aos gastos a cargo da SEGIB nas diferentes reuniões da Conferência (Coordenadores e Responsáveis, Chanceleres e Chefes de Estado e de Governo), assim como para o apoio financeiro ao país SPT, gastos ambos que têm seu período culminante de execução com motivo da celebração da Cúpula.

O capítulo V (inversões) seguiu o plano de inversões previsto para o presente ano, baseado essencialmente na renovação do parque informático e terá a 31 de dezembro um nível de execução próximo ao cem por cento.

O capítulo VI (centros de informação) contém os créditos para o funcionamento do centro de informação do Brasil que, para 2011, se verão complementados com os procedentes do Governo do Brasil para atividades com o centro. Seu nível de execução responde ao planejamento anual estabelecido.

O capítulo VIII (fortalecimento da cooperação) apresenta um nível de execução do cem por cento, ao ter-se efetuado a transferência por parte da SEGIB ao Programa Sul-Sul do importe desta partida.

No conjunto do Orçamento, o nível de execução a 30 de setembro de 2010 é de 61,71 %, conforme plenamente com a política de SEGIB de não incorrer em sobre gasto e de ajustar seu nível de gasto aos ingressos reais obtidos.

Pelo que respeita aos Fundos Voluntários constituídos pelos países na SEGIB, se adjunta o "Informe com o estado de execução a 30 de setembro de 2010".

No mesmo recolhem-se, como já vem sendo habitual, as atividades realizadas em cada um dos fundos desde o mês de janeiro de 2010, com indicação do importe executado por cada atividade, até o 30 de setembro.

Como também vem sendo habitual, os Fundos com mais nível de execução de gasto são o Fundo Espanha (2.953.617,37 €) e o Fundo México (3.068.182,69 €). Os demais Fundos apenas tiveram atividades executadas no período.

Adjunta - se, como ANEXO II, o quadro de execução provisional do Orçamento Ordinário 2010 e o Informe sobre o estado de execução dos Fundos Voluntários 2010.

3. INFORME E APROVAÇÃO DA AUDITORIA DOS ESTADOS DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2009.

De acordo ao estabelecido no Regulamento Financeiro da SEGIB (artículo 10.7), apresenta-se a consideração da Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação, para sua posterior elevação à Reunião de Chanceleres a celebrar em Mar del Plata, o "Informe de auditoria dos estados de contas do exercício 2009", elaborado pelo Auditor Externo.

O informe de auditoria compreende a totalidade dos gastos administrados pela SEGIB no exercício 2009, é dizer, os provenientes do orçamento ordinário (cotas) e os correspondentes aos diferentes fundos voluntários constituídos.

Como veio sendo regra de atuação desde o início de sua atividade, a SEGIB continuou em 2009 com sua política de não incorrer em sobre gasto, ajustando seus gastos aos ingressos obtidos, sem incorrer em déficit.

O informe de auditoria que se apresenta é um informe **de conformidade e sem exceção**. Assim o afirmam os auditores no ponto 2 de seu informe, no que indicam que

“em nossa opinião, os estados de contas do exercício 2009 adjuntos expressam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio da situação financeira (da SEGIB) a 31 de dezembro de 2009, e dos resultados das operações correspondentes ao exercício anual terminado nesta data, e contém a informação necessária e suficiente para sua interpretação e compreensão adequada, de conformidade com os princípios e normas contábeis”.

Adiciona-se como ANEXO III o informe de auditoria.

4. INFORME E APROVAÇÃO DA PRORROGA DO AUDITOR EXTERNO.

O artigo 10 do Regulamento Financeiro da SEGIB estabelece que “a RMRE, a proposta do Secretário-Geral, nomeará um Auditor Externo, ou a uma firma de Auditoria internacionalmente reconhecida. O Auditor Externo será designado por um período de quatro anos que poderá ser renovado por uma só vez”.

Para o cumprimento do estabelecido neste artigo, a SEGIB convocou em julho de 2006 uma licitação convidando à apresentação de ofertas para “a contratação dos trabalhos de auditoria externa da Secretaria-Geral Ibero-Americana” às firmas auditoras de reconhecido prestígio internacional com escritório no país sede.

Examinadas as ofertas apresentadas, a SEGIB elevou à Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação celebrada em Santiago de Compostela em setembro de 2006, a proposta de contratação, como auditor externo, para um período de quatro anos prorrogável por outros quatro, a KPMG, que foi a firma auditora de reconhecido prestígio que obteve a maior pontuação, segundo a licitação.

De acordo ao previsto no Regulamento Financeiro, com o informe favorável da Reunião de Coordenadores e de Responsáveis, a Reunião de Chanceleres de Montevideu (3 de novembro de 2006) acordou a nomeação como Auditor Externo da SEGIB, da KPMG, por um período de quatro anos (exercícios 2006 a 2009, inclusive) prorrogável por outros quatro.

Em atenção aos termos da licitação e do acordo de nomeação, e que KPMG segue sendo uma das principais firmas auditoras de reconhecido prestígio internacional, propõe-se a prorroga da nomeação desta firma auditora como Auditor Externo da SEGIB, por um período de quatro anos (exercícios 2010 a 2013, inclusive).

5. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ORÇAMENTO 2011.

5.1. INTRODUÇÃO.

Em outubro de 2010 cumprem-se cinco anos do início de atividades da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).

A XV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo (Salamanca) dava o mandato de começo de atividade da SEGIB, com um esquema operativo, desde o ponto de vista dos recursos econômicos, baseado em dois eixos:

- a) De um lado, o orçamento ordinário, financiado através das cotas dos países, destinado a permitir a operabilidade de uma Secretaria, modesta em sua estrutura de efetivos profissionais e meios materiais, como suporte no que apoia o cumprimento das obrigações próprias que os Regulamentos lhe designam (apoio financeiro ao país SPT, gastos de reuniões da Conferência, atividade institucional, etc.), e das funções que lhe designam seus tratados constitutivos: contribuição ao fortalecimento da Comunidade Ibero-Americana e a articulação, impulso e coordenação de programas de cooperação.

A estes cometidos veio a somar-se, a partir de 2008, o apoio ao fortalecimento da cooperação, plasmado no destino de um por cento (1%) e do três por cento (3%) do orçamento em 2008 e 2009, respectivamente.

- b) De outro, os fundos voluntários a contribuir pelos países para, com apoio nessa estrutura financiada com o orçamento ordinário, acometer cada ano os encargos recebidos através dos mandatos e o Plano de ação anual.

Esta dupla fonte de financiamento consolidou-se nestes cinco anos. No que referir-se ao orçamento ordinário, a Secretaria foi efetuando ano a ano um esforço de austeridade e emprego eficaz dos recursos disponíveis, com medidas de economia e congelamento de gastos, o que permitiu a apresentação e aprovação de um orçamento sem incremento para os dois últimos anos (2009 e 2010). Este esforço da Secretaria viu-se recompensado pelos países, o que merece o adequado reconhecimento e gratidão, com uma altíssima percentagem no pagamento das cotas anuais, que sempre superaram o 98%.

A combinação destes dois elementos é o que permitiu assumir com cargo ao orçamento e sem incremento de cotas, o destino de um por cento em 2008 e de uns três por cento em 2009, a fortalecimento da cooperação.

Pelo que respeita aos Fundos Voluntários, estes cinco anos de funcionamento da Secretaria permitiram constatar a eficácia dos mesmos como fórmula de financiamento dos mandatos recebidos pela Secretaria dos Chefes de Estado e de Governo.

O número de fundos voluntários passou dos dois iniciais em 2006 (Espanha e México) aos sete existentes na atualidade (Espanha, México, Andorra, Panamá, Uruguai, Portugal e República Dominicana [por ordem cronológica de constituição]). Por isso, e porque a atual situação econômica pode ter incidência significativa nas contribuições anuais de alguns dos principais fundos, a Secretaria entende que esta constitui uma fórmula idônea de alegar recursos complementários que permitam, junto com a intensificação da colaboração com outros Organismos, realizar cada vez mais numeroso conjunto de mandatos que cada ano recebe.

A Secretaria entende que este modelo mostrou sua eficácia e, por isso, é válido a futuro, com um orçamento austero e uma potenciação dos fundos voluntários constituídos pelos países e da captação de recursos via colaboração na realização das atividades com outros Organismos e Instituições.

5.2. PROJETO DE ORÇAMENTO PARA 2011.

A Reunião de Chanceleres celebrada em Santiago do Chile o 8 de novembro de 2007 aprovou, junto com o orçamento para 2008, o cenário orçamentário para o período 2009-2011, estabelecendo-se para este período uns incrementos anuais entorno de dez por cento (10%).

Apesar deste cenário orçamentário, a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) entendeu que em 2008 não podia ser alheia à situação econômica que aflorava nesse momento, pelo que apresentou um orçamento para 2009 com um incremento limitado e com diversas medidas de economia e austeridade, como foi o congelamento salarial para todo o pessoal da SEGIB.

Para 2010, SEGIB apresentou um orçamento de igual quantia ao de 2009, é dizer, sem incremento das cotas resultantes para os países, com congelamento salarial e absorvendo a obrigação de destinar o três por cento do orçamento ao fortalecimento da cooperação.

Na hora de apresentar o projeto de orçamento para 2011, a SEGIB optou por apresentar um orçamento também sem incremento de cotas, continuando e intensificando as medidas de austeridade e economia e entre elas, o congelamento salarial de todo seu pessoal.

Isso requer um esforço adicional ao realizado em 2010, já que, apesar desse congelamento assume e dá-se cumprimento ao compromisso de destinar o cinco por cento do orçamento a atividades de cooperação.

Com estas premissas, o capítulo I, destinado a pessoal e encargos sociais, mantém igual cifra que em 2010, o que leva ao congelamento salarial para 2011 de todo o pessoal da SEGIB, altos cargos e pessoal funcionário.

No capítulo II, bens e serviços correntes, a SEGIB continuará sua política de economia nos gastos de funcionamento ordinário (manutenção de instalações, material e subministro, limpeza, eletricidade, etc.), absorvendo os incrementos que seguro vão a produzir-se em algum desses serviços sujeitos a tarifas, com economias em outros do mesmo capítulo.

Os capítulos III, IV, V e VI, que recolhem as doações orçamentária para os gastos associados ao Programa e Plano de trabalho (capítulo III), os gastos das reuniões da Conferência a cargo da SEGIB (capítulo IV), as inversões (capítulo V) e o Centro de Informação do Brasil (capítulo VI), experimentam a redução necessária para financiar o incremento de 3% ao 5% da partida destinada ao fortalecimento da cooperação.

Para o capítulo VII, destinado ao Fundo de Operações, não se contempla nenhuma doação em 2011 e finalmente, o capítulo VIII, destinado ao fortalecimento da cooperação, incrementa-se até alcançar esta partida o 5% do orçamento total da SEGIB.

De acordo ao estabelecido no Regulamento Financeiro, o orçamento inclui as notas explicativas dos diferentes conceitos de gasto, assim como os anexos relativos à relação de postos de trabalho orçamentados e o quadro de cotas resultantes do orçamento, a abonar pelos países em 2011.

5.3. APRESENTAÇÃO.

A SEGIB apresenta assim a esta Reunião Extraordinária de Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação, para sua posterior análise e consideração na Reunião a celebrar nos dias 1 e 2 de dezembro em Mar del Plata, um orçamento para 2011 igual a quantia de 2010, cumprindo no obstante o compromisso de incrementar até alcançar o 5% do orçamento, a partida destinada ao fortalecimento da cooperação. Isso, porque a Secretaria é consciente de que a atual situação econômica requer continuar o esforço iniciado em anos anteriores de uma cada vez maior austeridade no gasto, e uma busca contínua de um melhor e mais eficiente emprego dos recursos, objetivos que considera serem essenciais a toda organização, e mais ainda aos Organismos Internacionais, que se nutrem com os recursos escassos contribuídos pelos países que a integram.

Com este orçamento a Secretaria confia em seguir atendendo os cometidos que tem atribuídos estatutariamente, e os mandatos que recebe de seus Governos, com o apoio dos recursos voluntários que recebe de alguns deles e, assim mesmo, confia em seguir articulando, coordenando e impulsionado programas de cooperação.

Adiciona-se, como ANEXO IV, o documento constitutivo do Projeto de orçamento 2011.

Madri, 25 de outubro de 2010